

Para além do pensamento social hegemônico: Abdias do Nascimento e a condição afro-brasileira

André Luis Pereira*

Resumo: A importância dos intelectuais militantes, nos diversos movimentos sociais contemporâneos, não pode ser medida apenas por sua atuação frente às organizações ou instituições concebidas pela sociedade civil. Muitos deles tendem a estabelecer novas formas de percepção e análise da realidade social em que estão inseridos. Tais formas de percepção propiciam análises – que se encontram à margem do espaço acadêmico – sobre os fenômenos sociais, os quais merecem um tratamento sociológico que busque contemplar a lacuna deixada no debate sobre o pensamento social brasileiro. Este é o caso de Abdias do Nascimento, considerado internacionalmente como um dos principais pensadores pan-africanistas. Sua obra representa um aporte central para a análise da natureza orgânica e estrutural do racismo latino-americano, especialmente a partir da perspectiva da política regional. Pretende-se com este trabalho pensar sua produção para além do militância, já bastante analisado por diversos autores, localizando sua contribuição analítica ao pensamento social brasileiro e evidenciar a forma como esse modelo analítico é produzido.

Palavras-chave: Abdias do Nascimento, pensamento social, relações raciais.

Abstract: The importance of intellectual activists, in various contemporary social movements, can not be measured only by its performance in the face of organizations or institutions designed by civil society. Many of them tend to establish new forms of perception and analysis of social reality in which they live. Such forms of analysis provide insight - that are the edge of the academic space - on social phenomena, which deserve a sociological treatment that seeks to address the gap left in the debate on Brazilian social thought. This is the case of Abdias do Nascimento, regarded internationally as a leading pan-Africanist thinkers. His work represents a central contribution to the analysis of organic and structural nature of racism in Latin America, especially from the perspective of regional policy. What this paper proposes is to think beyond the production militancy, already well studied by several authors, locating its analytical contribution to the Brazilian social thought. What if you want to highlight in the text is how this analytical model is produced.

Key words: Abdias do Nascimento, Social Thought, Race Relations.

* Professor-assistente temporário no Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (ISP/UFPel). Aluno do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS) – Doutorado.

1. Introdução

Este trabalho visa contribuir para a admissão de novas formas de percepção e interpretação da realidade social, além de prestar uma homenagem póstuma ao professor Abdias do Nascimento que foi, sem sombra de dúvidas, o principal expoente da intelectualidade negra militante no país.

O estudo acerca da contribuição teórica de um pensador engajado, como Abdias do Nascimento, foi motivado por uma constante inquietação na busca por referenciais analíticos que propusessem visões alternativas sobre a realidade afrodescendente no Brasil e na América Latina. Logo, é perceptível que a importância dos intelectuais militantes, nos diversos movimentos sociais contemporâneos, não pode ser medida apenas por sua atuação frente às organizações ou instituições concebidas pela sociedade civil. Muitos deles tendem a estabelecer novas formas de percepção e análise da realidade social em que estão inseridos. Essas interpretações aduzem alternativas analíticas – que se encontram à margem do espaço acadêmico – acerca dos fenômenos sociais, os quais demandam um tratamento sociológico visando contemplar a lacuna deixada no debate sobre o pensamento social brasileiro.

Sendo assim, justifica-se explorar a produção do professor Abdias do Nascimento, reconhecido internacionalmente¹ como um dos principais pensadores pan-africanistas. Seu trabalho configura um aporte central para a análise da natureza orgânica e estrutural do racismo latino-americano, especialmente a partir da perspectiva da política regional.

Nesse sentido, seus escritos foram decisivos para avançar a premissa teórica de que na América Latina se formou um sistema de dominação étnicoracial e socioeconômico específico, baseado precisamente na “*mestiçagem programada*” entre raças e etnias situadas em posições fixas de inferioridade e de superioridade.

Este artigo visa demonstrar a importância da produção intelectual de Abdias do Nascimento no quadro analítico do pensamento social brasileiro² e, a partir de sua obra, apresentar a forma peculiar como esse intelectual compreende os fenômenos sociais. Dono de um estilo próprio de escrita, Nascimento foi um crítico contumaz da estrutura social brasileira, alicerçada no processo escravagista.

O que se pretende evidenciar ao longo deste trabalho é a forma como esse modelo analítico é produzido. Inicialmente, com a crítica a um padrão genocida de organização da sociedade que, de forma sutil, busca subtrair as possibilidades de acesso aos afrodescendentes, jogando-os à marginalidade dos processos sociais estabelecidos no país desde a constituição do sistema escravagista e após sua supressão. Em seguida a ideia é explorar, de forma sociológica, o significado do quilombismo como modelo de (re) organização social.

2. Contexto de Análise

Para que se possa compreender melhor a contribuição teórica de Nascimento é necessário esclarecer que se trata de uma obra que não só sintetiza um discurso crítico à estrutura social vigente, mas, que também propõe uma reinterpretação da realidade brasileira por meio da defesa do pan-africanismo. Dentre as diversas

contribuições de Nascimento destaca-se a proposta de pensar a situação dos afrodescendentes brasileiros desde o prisma dos seus homônimos da América Latina, problemática que nos dias de hoje vem sendo retomada sob a ótica das teorias pós-colonialistas.

Além disso, Abdias do Nascimento também foi político atuante no Congresso Nacional, cumprindo mandato como Deputado Federal (1983-1987) e como Senador (1997-1999). Dessa atividade pode-se destacar, como subsídio ao debate sobre política e raça, as diversas proposições interpostas por Nascimento que traziam, no escopo de suas justificativas, a necessidade de se pensar a sociedade brasileira a partir de critérios raciais.

Defensor da integração social a partir de um princípio de organização racial, na qual a matriz identitária que origina a conformação da nação deve ser observada para que se conceba uma perspectiva de cidadania, Abdias não postula a segregação, mas o reconhecimento do negro enquanto ator relevante para a constituição de uma identidade nacional. Ainda afirma que:

A história do Brasil é uma versão concebida por brancos, para os brancos e pelos brancos, exatamente como sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite branca/brancóide, supostamente de origem ário-europeia (Nascimento, 1980 p.15).

A resistência dos afrodescendentes a esse quadro de racismo, preconceito, exclusão e desigualdade é discutida e perpassa toda a obra de Nascimento. Dentro de sua perspectiva:

[...] a tenaz persistência da cultura africana no Brasil e em outras partes da América do Sul não pode razoavelmente ser atribuída a uma suposta benevolência dos ário-latinos, nem ao caráter e cultura dos mesmos. Em qualquer caso, a falsa imagem de uma escravidão humanizada, benemérita, com certa “liberdade” tem sido atribuída ao Brasil como também à América Latina, de modo geral. Porém, não foram menos racistas nem menos cruéis do que sua contraparte ário-anglo-saxônica. Da mesma forma que nos Estados Unidos, também na América Latina ou do Sul, e no Brasil, não permitiam aos africanos a prática livre de seus costumes e tradições (Nascimento, 1980 p. 16).

Percebe-se que a temática da qual se ocupa Nascimento refere-se à importância da contribuição cultural negro-africana e à construção da identidade nacional. Mesmo que diversos recursos intelectuais tenham sido usados para desconsiderar essa participação, Nascimento é um defensor de tal fenômeno, ancorado na resistência dos povos africanos vindos à América, bem como, em sua efetiva manutenção do status cultural de matriz africana.

Nesse sentido, é muito complexa a discussão proposta na obra de Abdias do Nascimento, cujas reflexões são, sem dúvida alguma, ainda inexploradas pela sociologia brasileira. Além disso, considerando-se sua ampla atividade militante e intelectual e, também em face da crescente presença da questão racial como tema de destaque na agenda política nacional, justifica-se que haja uma abordagem analítica sobre a sua obra.

Os temas sempre presentes na obra de Abdias do Nascimento sobre a importância do negro como ator social relevante à sociedade brasileira, especialmente a crítica a um modelo social construído a partir de hierarquias raciais, poderão contribuir à elucidação e compreensão sobre as reais consequências da escravidão aos negros brasileiros. Tais temas, por sua vez, podem demonstrar também a atualidade do debate sobre a condição social do negro no Brasil.

3. O genocídio do Negro brasileiro ou o processo de um racismo mascarado

Nesta seção, pretende-se apresentar de forma esquemática e pormenorizada, a discussão proposta por Abdias do Nascimento acerca do papel do processo de mestiçagem na efetivação de um genocídio racial imposto pela ideologia eurocêntrica, a qual orientou, durante longo tempo, as elites políticas e intelectuais no Brasil e na América Latina.

Segundo Florestan Fernandes, prefaciando a obra *O genocídio do negro brasileiro* (1978), Abdias do Nascimento recoloca a importância e a significação do problema africano (e não mais do problema racial brasileiro) na agenda do debate acerca da condição do afrodescendente brasileiro e latino-americano. Ainda conforme Fernandes (1978 p. 20) há três novas contribuições colocadas por Nascimento, a saber:

a) Areconfiguração do protesto negro no contexto histórico do último quartel do século XX. Para Florestan, Nascimento reequaciona política e socialmente o movimento negro pondo em cheque os estigmas e estereótipos raciais admitidos até então pelo conjunto da sociedade. Não há mais a menção a uma “Segunda Abolição”, mas uma mudança de perspectiva em relação à peculiaridade dos segmentos negros e mulatos da população brasileira, bem como, uma referência à contribuição cultural e histórica e à formação da sociedade brasileira. Abdias aduz a ideia do que deve ser uma sociedade plurirracial como democracia:

[...] ou ela é democrática para todas as raças e lhes confere igualdade econômica, social e cultural, ou não existe uma sociedade plurirracial democrática. À hegemonia da ‘raça’ branca se contrapõe uma associação livre e igualitária de todos os estoques raciais (Nascimento, 1978 p. 37).

b) A segunda contribuição percebida por Florestan Fernandes refere-se ao uso do conceito de *genocídio*, aplicado à população que majoritariamente sofreu as consequências do processo colonialista, mesmo com seu término. Desde o período escravocrata e, principalmente, com a abolição, “*as populações negras e mulatas têm sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso*”. Portanto, o genocídio ocorreu e está ocorrendo. Com isso, Abdias tem o mérito de suscitá-lo como tema concreto.

Com isso, ele concorre para que se dê menos ênfase à desmistificação da democracia racial, para se começar a cuidar do problema real, que vem a ser um genocídio insidioso, que se processa dentro dos muros do mundo dos brancos e sob a completa insensibilidade das forças políticas que se mobilizaram para combater outras formas de genocídio (Fernandes apud Nascimento, 1978 p. 21).

c) A terceira contribuição encetada por Abdias do Nascimento, na visão de Fernandes, diz respeito à proposição de uma série de medidas que poderiam configurar a construção de um novo quadro social. “*Essas sugestões demarcam a diferença essencial que existe entre uma pseudodemocracia racial e o que deveria ser uma sociedade plurirracial democrática*” (1978, p.21). A tentativa de superação de uma condição de desigualdade e opressão encontra-se na base das reivindicações e proposições apresentadas por Abdias do Nascimento.

Em *O genocídio do negro brasileiro*, Abdias do Nascimento busca criticar os efeitos que a ideologia da democracia racial impôs aos afrodescendentes brasileiros. Segundo Nascimento (1978), o conceito de democracia racial erigiu-se no Brasil a partir de especulações, com o apoio das chamadas ciências históricas, e refletia determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que negros e brancos têm uma convivência harmônica, desfrutando de oportunidades iguais de existência, sem interferência de origens raciais ou étnicas.

É possível perceber, nesta obra, a crítica à ideologia do luso-tropicalismo concebida por Gilberto Freyre. Nascimento demonstra que o luso tropicalismo prestou efetivos serviços ao colonialismo português.

A teoria luso-tropicalista de Freyre, partindo da suposição de que a história registrava uma definitiva incapacidade dos seres humanos em erigir civilizações importantes nos trópicos (os “selvagens” da África, os índios do Brasil seriam documentos viventes deste fato), afirma que os portugueses obtiveram êxito em criar, não só uma altamente avançada civilização, mas de fato um paraíso racial nas terras por eles colonizadas tanto na África como na América (Nascimento, 1978 p. 42).

Conforme demonstra Nascimento, o luso-tropicalismo é a ideologia que levou a elite intelectual a crer que os portugueses tiveram o mérito de colonizar o Brasil e parte do continente africano. Com isso, expuseram ao mundo um novo modelo de sociedade, baseada na superioridade racial portuguesa e em sua importância à concepção de uma civilização avançada, fundada na mestiçagem.

Ainda segundo Nascimento (1978), Freyre cunhou eufemismos raciais que visavam racionalizar as relações de raça no país. O termo *morenidade* seria o maior exemplo desta racionalização que tem como objetivo “*o desaparecimento inapelável do descendente de africano, tanto fisicamente quanto espiritualmente, através do malicioso processo de embranquecer a pele negra e a cultura do negro*” (NASCIMENTO, 1978).

Com essa crítica ao pensamento social conservador, que via o negro como componente menor da identidade nacional, Nascimento refuta a ideia de que o africano seria um “*co-colonizador*” do Brasil a despeito de sua condição de escravo, encetando influências culturais sobre o processo de formação da sociedade brasileira. Essa perspectiva teria, como ônus, a responsabilização dos africanos, juntamente com os portugueses devido à sistemática erradicação das populações indígenas. Tal fato foi criticado por Abdias, por entender que o genocídio indígena é de única e exclusiva responsabilidade dos colonizadores europeus.

Nascimento critica também a “*fertilidade ideológica*” de Gilberto Freyre, que não contente em simplesmente implicar os africanos no genocídio indígena no país, ainda concebe a ideia de “*metarraça*” como o produto da miscigenação ou do encontro das três raças fundadoras da identidade brasileira.

A metarraça significaria o além-raça, suposta base de consciência brasileira. Atingiríamos neste ponto do nosso desenvolvimento demográfico uma síntese suprema: a morenidade metarracial, oposta aos conceitos fornecidos por arianismo e negritude (Nascimento, 1978 p.44).

Um dos pontos centrais da análise de Abdias do Nascimento acerca da formação social no Brasil e do conseqüente processo de genocídio do negro, diz respeito à ideologia do branqueamento. Segundo o autor, a elite intelectual dominante ao eleger o mulato como símbolo de brasilidade e pilar da “*democracia racial*”, estabelece o primeiro degrau na escala de “*branquificação sistemática do povo brasileiro*”. O mulato é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil. O autor identifica um processo progressivo de clareamento da população brasileira, com o avanço do elemento mulato e o sistemático desaparecimento do negro. Contudo, não se percebe qualquer tipo de vantagem no status social, pois a posição do mulato se equivale àquela do negro: “*ambos são vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercado pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca*”.

O branqueamento é o objetivo final da ideologia sutil definida como mestiçagem, que tem na miscigenação sua vertente biológica e no sincretismo cultural sua vertente política. Munanga (2006) demonstra que tal processo desembocaria numa sociedade unirracial e unicultural.

Uma tal sociedade seria construída segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas respectivas produções culturais. O que subentende o genocídio e o etnocídio de todas as diferenças para criar uma nova raça e uma civilização, ou melhor, uma verdadeira raça e uma verdadeira civilização brasileiras, resultantes da mescla e da síntese das contribuições dos stocks raciais originais. Em nenhum momento se discutiu a possibilidade de consolidação de uma sociedade plural em termos de futuro, já que o Brasil nasceu historicamente plural (MUNANGA, 2006 p. 97).

Conforme a assertiva acima, o que propunham os setores dominantes no país, principalmente, no final do século XIX e começo do século XX, era a construção de uma sociedade na qual o domínio hegemônico da cultura de matriz europeia e, por consequência branca, seria o referencial que orientaria a formação dessa sociedade. Logo o Brasil não teria nenhuma característica multirracial ou multicultural, ideologia criticada e combatida severamente por Abdias do Nascimento.

A crítica a todo processo de expurgo dos negros da sociedade brasileira, frequentemente, vê-se impedida pelos tabus erigidos através da proibição da discussão sobre raça até mesmo entre a população negra no Brasil. Nascimento demonstra que a camada intelectual dominante e os setores políticos consideram qualquer movimento de conscientização afro-brasileira como ameaça ou agressão retaliativa. Menciona também que em determinadas ocasiões os negros são condenados, pois pretendem impor ao país uma suposta superioridade racial negra.

Qualquer esforço por parte do afro-brasileiro esbarra neste obstáculo. A ele não se permite esclarecer-se e compreender a própria situação no contexto do país; isso significa, para as forças no poder, ameaça à segurança nacional, tentativa de desintegração da sociedade brasileira e unidade nacional (Nascimento, 1978 p. 78).

O objetivo não expresso desse *processo de um racismo mascarado* é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial. E é justamente na obliteração do autorreconhecimento identitário que se encontra a chave da dominação e exploração da população negra no Brasil, imobilizando e desmotivando qualquer tipo de organização que vise questionar a real condição deste segmento social.

A imagem internacional que o Estado brasileiro buscou construir durante longo tempo visou sempre suprimir a perspectiva racial como fator determinante em sua dinâmica social. Contudo, essa imagem, para Abdias, está na contramão da realidade cotidiana no país. A situação desfavorável a que foram submetidos os afro-brasileiros não é apresentada ao cenário internacional. A elite política afirma, com veemência, a importância de o país se constituir a partir de um conjunto de relações raciais harmônicas, buscando colocar a sociedade brasileira como exemplo de inexistência de conflitos raciais.

Mais uma vez, Abdias se coloca contrário a essa ideia, aduzindo a possibilidade de o Brasil estar construindo um modelo neocolonialista de dominação em relação aos demais países, tanto na África quanto na diáspora africana. Segundo ele:

Quando se considera a duplicidade do comportamento brasileiro face às nossas relações de raça [...], surge com toda a naturalidade a pergunta: até que extensão representa um gesto de amizade e de relações positivas a preconizada política brasileira, em direção à África? Tudo não seria – como todas as indicações sugerem – mera tentativa de substituir a influência de Portugal colonialista, expulso da África pelas armas da libertação, por outra influência, desta vez de um neocolonialismo brasileiro? Não significaria o conteúdo dessa a continuidade dos interesses econômicos, políticos e culturais daquelas mesmas classes que têm tradicionalmente se beneficiado com a opressão e a exploração dos africanos e seus descendentes? (NASCIMENTO, 1978 p. 91).

Para Nascimento (1978), a posição tomada pela política brasileira em relação à África não difere do modelo colonialista imposto pelos países europeus àquele continente. Ao conceber o Brasil como um país sem estratificações raciais, essa elite política nega aos afrodescendentes a possibilidade de manter no continente africano a matriz de sua origem cultural, política e social. Além disso, um modelo social a-racial se estendido a um continente marcado pela imposição de diferenças raciais, como o continente africano, buscaria estabelecer a mesma forma sutil e subliminar de racismo vivenciado pelo negro brasileiro.

A crítica de Abdias do Nascimento orienta-se também à proposta não oficial, mas explícita do embranquecimento da população brasileira. Abdias demonstra que desde a classificação grosseira dos negros como seres selvagens e, por isso, inferiores, até o enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da “mancha negra”; da capacidade operacional do sincretismo religioso, à abolição legal da questão racial através de medidas legais como a

omissão censitária. Durante longo tempo, a “*história não oficial do Brasil*” vem registrando, durante muito tempo, o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra a população afro-brasileira.

“*Monstruosa máquina ironicamente designada ‘Democracia Racial’ que só concede aos negros um único privilégio: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora*”. Segundo o autor, este tipo de “*imperialismo da brancura*”, marcado pelo capitalismo que lhe é inerente, tem como produtos conceituais termos do tipo *assimilação, aculturação, miscigenação*, que camuflam, sob uma superfície teórica, a crença intocada na inferioridade dos africanos e seus descendentes.

É possível perceber no texto “*O genocídio do negro brasileiro*” que Abdias do Nascimento busca operacionalizar as categorias *mestiçagem e genocídio* como centrais em sua análise da condição social e política do negro brasileiro. O que define a mestiçagem para Abdias é a imbricação entre a miscigenação (a forma biológica de intercurso racial) e o sincretismo cultural que constituiria uma sociedade unirracal e unicultural. A mestiçagem submete a diversidade dos componentes culturais de uma sociedade à homogeneidade expressa pelo sincretismo. No caso brasileiro é a noção de morenidade que confere o status de pertencimento a uma identidade nacional.

No entanto, para Abdias é justamente o conceito de morenidade que se encontra no ápice do processo ao qual ele define como genocídio. Esse processo se dá pela orquestração e implementação de uma “mestiçagem programada” que tem por objetivo eliminar sistematicamente o elemento negro da dinâmica social brasileira.

4. O quilombismo: uma alternativa de organização social

O livro “*O quilombismo*” surge em 1980, com o objetivo de revelar a experiência dos africanos no Brasil, assim como tentar relacionar tal experiência aos “*esforços das mulheres e dos homens negro-africanos de qualquer parte do mundo em luta para reconquistar sua liberdade e dignidade humana, assumindo por esse meio o protagonismo de sua própria história*” (NASCIMENTO, 1980).

Produzido e editado nos Estados Unidos, no período em que Abdias encontrava-se auto-exilado, em função do regime militar no Brasil, a obra pretende, segundo seu autor, contribuir para o conhecimento da trajetória histórica e social dos afro-brasileiros, dada a ausência de informação sobre o negro brasileiro para além das fronteiras nacionais. Segundo Abdias, diversos autores produziram análises sobre a questão do negro no Brasil. No entanto, tais trabalhos se caracterizam por uma visão externa e superficial sobre a população negra. Abdias aduz o seguinte questionamento:

Quando, porém, o negro, do meu país de origem, alguma vez transmitiu para os leitores dos Estados Unidos, diretamente, sem intermediários ou intérpretes, a versão afro-brasileira da nossa história, das nossas vicissitudes cotidianas, do nosso esforço criador, ou das nossas permanentes batalhas econômicas e sócio-políticas? (NASCIMENTO, 1980 p. 14).

Percebe-se a preocupação de Nascimento em construir um relato da condição afro-brasileira a partir da ótica dos próprios negros. É a proposta de se expor a situação de discriminação, preconceito e racismo sob o prisma dos indivíduos ou do grupo que se encontra na qualidade de vítima desse processo.

Para Abdias, importa assinalar a inexistência de trabalhos de autores afrodescendentes que contribuam para a compreensão de um sistema de hierarquização racial que opera no Brasil e, de forma geral, na América Latina.

No caso brasileiro, o autor demonstra que esse sistema está alicerçado em um modelo racista de tipo muito especial. Uma *“exclusiva criação luso-brasileira: sutil, difusa, evasiva, camuflada, assimétrica e mascarada”*. Essa hierarquia racial tem conseguido se ocultar da observação mundial através do disfarce de uma ideologia utópica de convívio racial harmônico, denominada *“democracia racial”*. Segundo Nascimento, *“tal ideologia resulta para o negro num estado de frustração, pois que lhe barra qualquer possibilidade de auto-afirmação com integridade, identidade e orgulho”* (NASCIMENTO, 1980).

A obra *“O quilombismo”*, segundo Nascimento, tem como alvo romper o bloqueio intelectual que isola os afrodescendentes latino-americanos, contribuindo, *“ainda que limitadamente, para iluminar e compreender”* o processo e as várias estratégias utilizadas pelas forças dominantes que exploram, alienam e oprimem os afrodescendentes. Conforme afirma Abdias:

A luta comum dos povos negros e africanos requer o conhecimento mútuo e uma compreensão recíproca que nos têm sido negados, além de outros motivos, pelas diferentes línguas que o opressor branco-europeu impôs sobre nós, através do monopólio dos meios de comunicação, do seu controle exclusivo dos recursos econômicos, das instituições educativas e culturais. Tudo isto tem permanecido a serviço da manutenção da supremacia racial branca. (NASCIMENTO, 1980 p. 16).

O autor visa demonstrar que o conjunto de ações a que se refere o sistema de estratificação racial já mencionando, impede os africanos e afrodescendentes de terem qualquer possibilidade de conhecimento mútuo de suas realidades. Esta limitação faz com que o não-reconhecimento dos vínculos culturais e ideológicos entre africanos e afrodescendentes nas diásporas impeça a promoção de qualquer tipo de integração do ponto de vista da ação política coletiva.

Segundo indicação de Abdias do Nascimento, *“na América Latina se pratica a discriminação racial de maneira mascarada, sutil, aberta e encoberta”*. Essa discriminação baseia-se no uso de diferentes tonalidades de cor epidérmica do negro como mecanismo que busca o desaparecimento do elemento afrodescendente através da ideologia do branqueamento. Também a busca por melhores condições de vida e acesso a posições mais elevadas na pirâmide social, *“destrói qualquer tipo de solidariedade política, econômica, religiosa e familiar dos grupos negros”* (NASCIMENTO, 1980).

Nesse sentido, Nascimento critica o debate intelectual que identifica na luta de classes a única forma de embate social no modelo de organização social capitalista. Para ele:

A atitude adotada por alguns intelectuais de orientações políticas particulares que negam a existência da questão racial como um elemento que participa na existência dos problemas sociais, sustentando que a situação é de ricos e pobres, oprimidos e opressor é uma forma de discriminação racial (Nascimento, 1980 p. 169).

A valorização da organização pan-africana e sua conseqüente transformação cultural é uma das saídas propostas por Abdias à superação do racismo como fenômeno que norteia as relações sociais. Em sua perspectiva, a partir do domínio colonial, desenvolveu-se entre os povos africanos e a diáspora a pungente consciência da tragédia que se traduziu na ocupação do continente africano e que a conscientização dos diversos grupos negros ao redor do mundo levará ao que ele denomina “*processo de libertação pan-africana*”. Para Nascimento (1980), o elemento africano constitui o ser invadido, estuprado e explorado – “*a terra africana ocupada, seus filhos e filhas raptados e avaliados por sua capacidade para o trabalho*” – os recursos naturais apropriados de forma ilegítima pelo Ocidente.

As culturas africanas, tidas por Nascimento como unidades criativas, podem oferecer ao mundo novas formas de percepção e organização das sociedades. Essas culturas estão fundamentadas, segundo o autor, principalmente, na organização social coletiva e na capacidade de cooperação, criatividade e redistribuição da riqueza e propriedade de forma equitativa.

As culturas africanas são aquilo que as massas criam e produzem: por isso elas são flexíveis e criativas, assim como bastante seguras de si mesmas, a ponto de interagir espontaneamente com outras culturas, aceitando e incorporando valores científicos e/ou progressistas que por ventura possam funcionar de modo significativo para o homem, a mulher e a sociedade africana (NASCIMENTO, 1980 p. 46).

A crítica tecida às culturas africanas tem em seu escopo o argumento contra o respeito à tradição e a ancestralidade, elementos básicos das sociedades africanas. Conforme afirma Nascimento “*deve-se rejeitar tais julgamentos que em geral se revestem ou de uma perspectiva crítica equivocada, de um apriorismo dogmático, de um primarismo ingênuo ou de uma distorção ideológica maliciosa*” (NASCIMENTO, 1980). De fato a dinâmica das culturas tradicionais africanas é permeada por uma plasticidade e por uma capacidade criativa que as coloca como potenciais alternativas aos modelos hegemônicos vigentes.

A ciência ocidental sempre buscou desqualificar as culturas africanas, sendo usada, geralmente, como instrumento de distorção, opressão e alienação dos africanos e afrodescendentes. Segundo Nascimento (1980), as culturas africanas além de conterem sua intrínseca e valiosa ciência, também oferecem uma variedade de sabedoria necessária pertinente à existência orgânica e histórica de seus integrantes. Logo:

Tornar contemporâneas as culturas africanas e negras na dinâmica de uma cultura pan-africana mundial, progressista e anticapitalista, me parece ser o objetivo primário, a tarefa básica que a história espera de nós todos. Como integral instrumento de uma contínua luta contra o imperialismo e o neocolonialismo, forjada junto com as efetivas estratégias econômico-políticas essa cultura progressista pan-africana será um elemento primordial da nossa libertação (NASCIMENTO, 1980 p. 45).

Na acepção de Nascimento (1980), não se pode desperdiçar os fundamentos da ancestralidade africana como mecanismos de construção social para as massas africanas do continente e da diáspora. A ideia apresentada aqui é de que

as culturas africanas podem contribuir de forma positiva para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas, superando até mesmo as consequências de fenômenos como o imperialismo e o colonialismo europeu e norte americano.

A partir desta perspectiva, o autor indica que no Brasil são os quilombos as principais organizações sociais que fazem dos referenciais africanos, parte de seu arranjo estrutural enquanto sociedade. Conforme afirma Nascimento (1980):

Os quilombos, que variavam segundo o tamanho das terras ocupadas e o número de seus habitantes, via de regra mantinham bem organizada e eficiente produção agrícola, formas de vida social instituídas, segundo modelos tradicionais africanos adaptados à nova realidade da América³ (Nascimento, 1980 p. 51).

Os quilombos contribuíram de forma significativa para que fossem empreendidas diversas insurreições e guerrilhas que tinham como propósito a ruptura com a dominação colonial vigente até então. Daí decorre o argumento de Abdias quanto à importância da participação política dos negros em momentos históricos fundamentais que objetivavam a consolidação do Brasil como nação.

No entanto, mesmo tendo papel preponderante na formação da sociedade brasileira o negro jamais foi considerado, pela intelectualidade dominante, como grupo social relevante a esta estrutura social. O pensamento social que analisa a formação nacional no Brasil sempre concebeu o elemento negro em uma posição subalterna e o processo escravocrata como um mecanismo de dominação muito menos lesivo do que realmente foi. Nas palavras de Abdias:

[...] é pertinente chamar a atenção para o fato de certos scholars e escritores, geralmente brancos – os únicos que possuem os meios, a voz e a oportunidade de veicular opiniões fora do país – terem construído uma história fictícia da escravidão, da abolição e das relações entre pretos e brancos. Esta ficção se transformou numa mercadoria mascateada no balcão internacional das ideias, dos conceitos e das definições. Estes “intelectuais” das classes dominantes, articulados a outros recursos utilizados pela elite no poder, conseguiram que o Brasil, paradoxalmente, adquirisse e mantivesse no exterior uma imagem de inocência, bondade e humanitarismo em seu regime escravo; até mesmo uma reputação de originalidade na utópica perfeição tropical do seu esplendor lusitano, qualidades estas que o Brasil dividiria com as também lusitanas “províncias do além-mar” (NASCIMENTO, 1980 p. 58).

Ainda que o elemento negro tenha contribuído à formação de um senso de nacionalidade ou de identidade nacional, fato é que este não é tido pela intelectualidade como componente fundamental à sociedade brasileira. Conforme demonstra Nascimento, a forma como o pensamento social é arquitetado no debate internacional impede que os negros, primeiramente, sejam ouvidos enquanto produtores de conhecimento, e, posteriormente, é obliterado qualquer reconhecimento aos negros como elementos formadores de alguma estrutura social.

Logo, o quilombismo também se coloca como um aspecto ideológico na trajetória sócio-política dos negros no Brasil. Dado que o colonialismo impôs um processo de separação das populações negras na diáspora, os esforços que estas têm feito a fim de manter uma condição de autossuficiência cultural levam a uma grande luta por mobilização e conscientização dos afrodescendentes.

5. O quilombismo como projeto de nação

Após expor toda a dinâmica do processo de segregação, preconceito, discriminação e racismo vividos pelo negro brasileiro, Abdias propõe o quilombismo como recurso capaz de contribuir à reorganização social e política do país. A proposta quilombista é vista como uma alternativa à sociedade racista e preconceituosa criada pela elite brasileira. A ideia que norteia a proposição do quilombismo, como solução teórica e prática, situa-se na perspectiva da retomada de uma memória africana do negro brasileiro que é parte e partícipe de um esforço de reconstrução em que todos os afro-brasileiros estão ligados.

Diante de uma realidade histórica e social que desqualifica o afro-brasileiro como cidadão surge a necessidade do negro de defender sua sobrevivência e assegurar sua existência enquanto ser. Nesse sentido, os quilombos resultaram da necessidade vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga dos cativos e da organização de uma sociedade livre.

A continuidade de uma consciência de luta político-social de base racial se estende à atualidade. O modelo quilombista atua como ideia-força que inspira grupos e organizações sociais à busca de alternativas aos padrões de arranjos sociais hegemônicos. Para Nascimento (1980), o quilombismo encontra-se em constante atualização, atendendo as exigências do tempo histórico e do meio geográfico onde está inserido.

Percebe-se o ideal quilombista difuso, porém consistente, permeando todos os níveis da vida negra e os mais recônditos meandros e refolhos da personalidade afro-brasileira. Um ideal forte e denso que via de regra permanece reprimido pelas estruturas dominantes, outras vezes é sublimado através dos vários mecanismos de defesa fornecidos pelo inconsciente individual ou coletivo (NASCIMENTO, 1980 p. 257).

É possível considerar que o quilombismo enquanto movimento está latente na memória coletiva do afro-brasileiro. E que mesmo impedido de empreender sua dinâmica na vida cotidiana, o afro-brasileiro pode buscar seu referencial a fim de estabelecer novas formas de organização que lhe sejam úteis.

O quilombismo é um projeto de organização social e política que visa à valorização da população negra frente aos demais grupos que compõem a identidade nacional. É o recurso teórico e prático que fundamenta a luta coletiva em busca do reconhecimento de um grupo social, a saber, a população afro-brasileira.

Conforme afirma Abdias, este modelo se origina na organização dos quilombos que serviam a uma exigência vital dos africanos escravizados, com o propósito de resgatar sua liberdade e dignidade através da evasão do cativo e da organização de uma sociedade livre. Assim sendo, *“a multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento amplo e permanente”* (NASCIMENTO, 1980). A assertiva a seguir demonstra como a organização dos quilombos propõe uma dinâmica social diferenciada.

O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso que facilitava sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da continuidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afochés, escolas de samba, gafeiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os “ilegais” foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira, eu denomino de Quilombismo. (NASCIMENTO, 1980 p. 255).

É possível perceber na citação acima que o quilombismo é uma proposta concreta para a reorganização da estrutura social brasileira, baseado na diversidade e multiplicidade organizacional das sociedades africanas. O quilombismo, afirma Nascimento, possui um caráter nacionalista, no entanto, esse nacionalismo renega qualquer ideia xenofóbica, traduzindo-se em uma luta anti-imperialista, articulada ao pan-africanismo, objetivando a sustentação de uma solidariedade radical com todos os povos que lutam contra a exploração, a opressão, o racismo e as desigualdades motivadas por raça, cor, religião ou ideologia (NASCIMENTO, 1980).

O modelo de organização social proposto pelo quilombismo tem como objetivo superar as consequências contemporâneas do período escravocrata em toda a América Latina. Para além de uma sociedade baseada em um sistema social oriundo dos referenciais culturais africanos, o quilombismo apresenta-se como um projeto coletivo de sociedade, no qual:

[...] os afro-brasileiros possam erigir uma sociedade fundada na justiça, na igualdade e no respeito a todos os seres humanos, na liberdade; uma sociedade cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração econômica e o racismo. Uma democracia autêntica, fundada pelos destituídos e os deserdados deste país, aos quais não interessa a simples restauração de tipos e formas caducas de instituições políticas, sociais e econômicas as quais serviriam, unicamente, para procrastinar o advento de nossa emancipação total e definitiva que somente pode vir com a transformação radical das estruturas vigentes (NASCIMENTO, 1980 p. 262).

O que está salientando Abdias do Nascimento é que não interessa mais aos afro-brasileiros uma adaptação aos moldes da sociedade capitalista hierarquizada em classes. Segundo ele, o negro brasileiro deve reconstruir e recontar sua história a partir de um novo paradigma de organização social ancorado na perspectiva de uma sociedade justa e igualitária.

O quilombismo é apresentado, ainda, como um conceito científico histórico-social, que tem por objetivo oferecer instrumentos próprios à construção de um modelo teórico afro-brasileiro autóctone e endógeno. É a forma como o sujeito

se percebe na complexidade das relações sociais cotidianas. É a superação dos modelos científicos que sempre buscaram menosprezar a importância do elemento negro à formação das sociedades latino-americanas. Nascimento expõe como opera esta lógica científica:

Como poderiam as ciências humanas, históricas – etnologia, economia, história, antropologia, sociologia, etc. – nascidas, cultivadas e definidas para povos e contextos socioeconômicos diferentes, prestar útil e eficaz colaboração ao conhecimento negro – sua realidade existencial, seus problemas e aspirações e projetos? Seria a ciência social elaborada na Europa ou nos Estados Unidos tão universal em sua aplicação? A raça negra conhece na própria carne a falaciosidade do universalismo e da isenção dessa “ciência”. Aliás, a idéia de uma ciência histórica pura e universal está ultrapassada. O conhecimento científico que os negros necessitam é aquele que os ajude a formular teoricamente – de forma sistemática e consistente – sua experiência de quase quinhentos anos de opressão (Nascimento 1980, p. 261-262).

Sendo assim há a necessidade de que se conceba um “*instrumento conceitual operativo*” que se destine à observação dos fenômenos sociais vivenciados e partilhados pela população negra brasileira. E tal instrumento não deve surgir de uma “*maquinação cerebral arbitrária, falsa e abstrata*”. Nem mesmo os conceitos analíticos utilizados podem ser elaborados e importados a partir de outros contextos e realidades diferentes que não dão conta da especificidade das relações sociais de base racial vividas no país. “*Deve-se assim compreender a subordinação do quilombismo ao conceito que define o ser humano como o seu objeto e sujeito científico, dentro de uma concepção de mundo e de existência na qual a ciência constitui uma entre outras vias de conhecimento*” (NASCIMENTO, 1980).

A assunção de um modelo quilombista de organização social implica na transformação da realidade, na qual a liberdade, a justiça, a igualdade e a soberania são os elementos que fundamentam a dinâmica política e social. A ideia de igualdade é muito cara ao pensamento de Abdias do Nascimento, ela subjaz a todos os demais fundamentos do quilombismo. A recusa a qualquer sectarismo demonstra a importância dos princípios igualitários na proposta política quilombista.

Ao concluir sua argumentação em defesa do quilombismo, Nascimento elenca um conjunto de princípios e propósitos que orientam este modelo social como alternativa ao padrão de organização social vigente. No entanto o que o autor busca evidenciar é que compreender e reconhecer a experiência histórica dos africanos na diáspora tem sido um processo de “*conteúdo essencialmente racista, que transcende certas simplificações, segundo as quais, a escravidão e as subsequentes formas de opressão racista dos povos negros são apenas subprodutos do capitalismo*” (NASCIMENTO, 1980).

Desta forma, o fenômeno da escravidão dos africanos e todo o processo de sistemática desumanização dos seus descendentes nas Américas ocorreram (e ainda ocorrem) como consequência da imposição de um sistema econômico que engendrou a escravidão como suporte necessário ao desenvolvimento capitalista no “Novo Mundo”.

Todavia, para Abdias do Nascimento, quando grande parte da intelectualidade fala em um sistema econômico e a importância de sua manutenção e desenvolvimento, não se menciona que tal racionalização só tem existência porque está incorporada em seres humanos com as suas motivações, aspirações e interesses. E mais, que no caso dos africanos e afrodescendentes não há nenhum motivo que leve-os a dar qualquer importância a esse processo, visto que a estes foi relegado o papel do servilismo, do menosprezo e do descarte.

Com isso, o autor ratifica a importância de se pensar a condição do negro nas sociedades onde o processo escravagista foi o mote de desenvolvimento das mesmas, buscando perceber, para além do suplício imposto pela escravidão, as consequências contemporâneas deste sistema de dominação e exploração desumanas.

6. Considerações finais

Em certa medida, a obra de Abdias do Nascimento é produzida a partir da experiência do intelectual como testemunha da história política de representação do negro brasileiro. Uma produção que aduz questionamentos profícuos para a agenda sobre política e pensamento social no cerne da sociologia brasileira. Abdias do Nascimento escreveu textos considerados referência no estudo das relações étnicoraciais no Brasil, trabalhos que merecem o devido cuidado e atenção de leitura, interpretação e até atualizações perante o momento político em que o debate sobre as relações étnicoraciais vem, fortemente, à tona, com o incentivo às políticas públicas de reparação, de reconhecimento e valorização de ações afirmativas.

Abdias do Nascimento produziu um conjunto de escritos complexos, nos quais se percebe um duplo movimento: a construção de uma perspectiva africana como formadora da estrutura social do Brasil e da América Latina e a reivindicação identitária como forma de reconhecimento da população de origem africana no país e no continente.

O argumento principal da vasta produção de Nascimento ressalta a importância de uma postura intelectual, principalmente no Brasil, de resistência a toda e qualquer forma de racismo e de contribuição à história, à memória e visibilidade às tradições africanas e afro-brasileiras. Tradições que foram transformadas com o tempo e reconfiguradas de acordo com costumes e valores resignificados na diáspora pelos africanos e seus descendentes.

A obra de Abdias do Nascimento comporta não só um discurso militante, mas expõe as peculiaridades sociais, políticas e culturais de uma sociedade, condizente com a análise teórica e empírica perceptível em seus escritos. Neste sentido é possível afirmar que o constructo teórico abarcado por sua produção contribui para a compreensão dos efeitos do colonialismo e do processo de escravidão sobre a dinâmica social contemporânea no Brasil e na América Latina.

O projeto político-intelectual de Abdias do Nascimento, para o Brasil contemporâneo, resultado do levantamento e da problematização de algumas questões pertinentes à formação e conscientização das comunidades negras, consiste em contemplar alterações no sistema de

representação da tradição cultural brasileira. Este projeto priorizou, de maneira contundente, a crítica à mestiçagem e à ideologia da democracia racial, porque Nascimento entendia esses aspectos como uma limitação do movimento negro no diálogo com as elites brasileiras na conquista de espaços de participação para uma democracia inclusiva.

Concluindo esta análise sobre a obra de Abdias do Nascimento é possível afirmar que esse autor propõe formas alternativas de compreensão da realidade social brasileira e latino-americana. Também reitera-se aqui a importância deste intelectual não só como militante, mas, principalmente, como produtor de conhecimento sobre fenômenos sociais ocorridos no Brasil e no continente americano.

Sua obra encerra uma grandeza ainda pouco explorada pelas ciências sociais. Afinal, Abdias do Nascimento conseguiu concretizar um empreendimento de certa grandeza: além de percorrer uma trajetória pessoal e profissional original, dialogou com alguns dos principais sociólogos, antropólogos, historiadores e militantes do século XX. Nascimento inscreveu mais claramente a política em seus interesses, e com isso criou um movimento paradoxal: interessou-se pela produção intelectual das ciências sociais inseridas no contexto da institucionalização, mas ao mesmo tempo afastou-se de uma imersão no território acadêmico e institucional. Desterritorializou temas, áreas, ideias e autores em seus textos e trajetória de vida, mas ao fim pode-se perceber uma hierarquia em que a política foi uma instância que ordenou seu pensamento sobre as diversas facetas de sua análise da vida social.

Notas

1. Abdias do Nascimento é Professor Emérito da Universidade do Estado de Nova York e Doutor Honoris Causa pelas Universidades de Brasília, Federal e Estadual da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, e Obafemi Awolowo da Nigéria. Hoje ele é indicado oficial ao Prêmio Nobel da Paz em função de sua defesa consistente, desde o século passado até hoje, dos direitos civis e humanos dos afrodescendentes no Brasil e no mundo. Vem sendo agraciado com honrarias nacionais e internacionais, como por exemplo, o Prêmio Mundial Herança Africana do Centro Schomburg para Pesquisa da Cultura Negra, Biblioteca Pública de Nova York (2001); o Prêmio Toussaint Louverture (2004) e o Prêmio Direitos Humanos e Cultura da Paz (1997), ambos da Unesco; e o Prêmio de Direitos Humanos da ONU (2003). A Universidade Obafemi Awolowo, de Ilé-Ifé, Nigéria, outorgou-lhe, em 2007, o título de Doutor em Letras, Honoris Causa. O Conselho Nacional de Prevenção da Discriminação, do Governo Federal do México, outorgou a Abdias do Nascimento o seu prêmio em reconhecimento à contribuição destacada à prevenção da discriminação racial na América Latina (2008). Fonte: <http://www.ipeafro.org.br/home/br/personalidades>
2. O pensamento social brasileiro caracteriza-se pela vasta produção intelectual que tem buscado desenhar, orientar, compreender e conceber a dinâmica social no Brasil. Na acepção de Maia (2010) o pensamento social brasileiro não pode ser concebido como um conjunto de textos e intelectuais clássicos associados a uma tradição pretérita, mas como o campo contemporâneo de estudos sobre essa tradição. Logo, o pensamento social brasileiro não é um ponto de chegada, mas um modo de construção do discurso teórico, que se orienta para o desvendamento da modernidade no Brasil, entendida a partir de sua inscrição periférica no mundo ocidental. (MAIA, 2010).
3. “O mesmo tipo de organização ocorreu em outras regiões do continente americano mudando apenas o nome de quilombos para *cimarrons*, *maroons* ou *palenques*, os quais existiram na chamada América espanhola e naqueles países em que houve escravidão, dominados por ingleses, holandeses e franceses” (NASCIMENTO, 1980 p. 51).

Referências bibliográficas

FERNANDES, Florestan. **Prefácio à edição brasileira**. In: Nascimento, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **O pensamento social brasileiro e a imaginação pós-colonial**. Revista Estudos Políticos, n. 0, abr. 2010, p. 1-15.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **O quilombismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.